

Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Senadoras recebem homenagem e saudação



Geratido Magela/Agência Senado

O café da manhã de conagração entre as novas senadoras e as que se despedem da Casa foi organizado pela Procuradoria Especial da Mulher, na manhã do dia 5 de dezembro, e contou com apoio da ONU Mulheres.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher, cumprimentou as senadoras, parabenizando as recém-chegadas e destacando o sucesso daquelas que foram eleitas para os executivos estaduais.

“Para mim, é um momento de confraternização, uma oportunidade de dar boas-vindas às novas senadoras e desejar boa sorte às que permanecem na Casa, já que apenas quatro das treze atuais continuarão e nove deixarão o Senado”, disse Vanessa.

A senadora Rose de Freitas (PODE-ES) entregou as placas oferecidas pela ProMul às parlamentares que deixam a Casa.

“Nossa homenagem e reconhecimento pelo seu compromisso e dedicação no exercício do mandato em favor da valorização das mulheres e da nação brasileira”, são os dizeres de agraciamento entregues às senadoras presentes: Regina Sousa, Ana Amélia, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Marta Suplicy, Fátima Bezerra e Lídice da Mata.

Vanessa Grazziotin recebeu a placa das mãos de Ana Carolina Querino, representante da ONU Mulheres.

“É uma honra entregar-lhe essa placa, não só pela sua atuação parlamentar, mas também por estar à frente dessa bancada. Essa atuação simboliza os princípios da democracia paritária e o que a ONU Mulheres promove em relação à liderança e participação política das mulheres”, salientou.

União

Ana Amélia (PP-RS) falou sobre a convivência de muito aprendizado no Senado: “Apesar das divergências políticas, estivemos unidas em muitas pautas e o respeito é muito grande, essa é a riqueza da democracia”.

Para ela, “o mapa da ONU, tão divulgado por Vanessa em seu mandato, foi revelador ao mostrar a baixa presença feminina na política, mas temos que comemorar os avanços, como a eleição de uma governadora”.

Única mulher eleita para governar um estado, a senadora Fátima Bezerra (PT-RN) destacou: “Sou a primeira governadora de origem popular eleita no meu estado e a única escolhida para o cargo no Brasil, algo a celebrar por um lado, mas para refletir por outro”.

Uma das sete mulheres eleitas vice-governadoras, Regina Sousa (PT-PI) agradeceu a homenagem e afirmou: “Eu saio do Senado, mas continuo a luta pelas mulheres no meu estado”.

Honra

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA), eleita deputada federal, registrou ter sido uma honra atuar nesta bancada feminina nos últimos oito anos: “Tenho a certeza de que seguiremos lutando juntas na Câmara”.

Lúcia Vânia (PSB-GO) falou de seu histó-

rico no Parlamento e lembrou, saudosa: “Um dos projetos que mais me gratificou, foi relatar a Lei Maria da Penha”.

Uma das três deputadas federais que se elegeram para o Senado, ao lado de Eliziane Gama (PPS-MA) e Mara Gabrilli (PSDB-SP), a médica Zenaide Maia (PHS-RN), relembrou sua trajetória de ingresso na política, atuando como Secretária de Saúde, e os anos de aprendizado na luta ao lado das mulheres na Câmara dos Deputados.

Dificuldades

Despedindo-se do cenário político do Parlamento, Marta Suplicy (Sem partido-SP), presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), falou das dificuldades enfrentadas pela bancada feminina para aprovar projetos de interesse das mulheres. Segundo Marta, “o Judiciário fez o papel em alguns projetos que não conseguimos aprovar no Legislativo, como o casamento homoafetivo e o uso do nome social”.

Simone Tebet (MDB-MS) disse: “Aqui temos que estar unidas. O Senado nunca avançou tanto como nesses últimos quatro anos. Apesar de dizerem que elegemos uma Casa machista, muitos homens eleitos são sensíveis à causa e podem ser nossos aliados”.

A recém-eleita Eliziane Gama também defendeu: “É importante ter uma bancada unificada”.

Presenças

Também participaram Fernanda Papa, da ONU Mulheres; Ilana Trombka, diretora-geral do Senado; Angela Brandão, da Secretaria de Comunicação do Senado; Maria Terezinha Nunes, do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça; Roberta Viegas, do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça; e Henrique Marques, do Observatório da Mulher contra a Violência.

Saiba mais em: <https://bit.ly/2zITnuQ>

Teor crítico marca atividades dos 16 Dias de Ativismo

Júlia Bandeira



Foto de Júlia Bandeira, da exposição *O cotidiano da fotografia*. Thais Oliveira, servidora do Senado, é a modelo.

Instituições, movimentos de mulheres e sociedade civil participaram ativamente da ampla programação da Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, preparada pela Procuradoria da Mulher do Senado, Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, Procuradoria Especial da Mulher e Secretaria da Mulher, da Câmara dos Deputados.

Dias 19 e 20, a convite do Pronatec Prisional – Programa Mulheres Mil, a ProMul levou à Penitenciária Feminina do Distrito Federal a *Oficina de Saúde da Mulher – Autonomia no Corpo e na Vida*, ministrada pela fisioterapeuta e jornalista Rita Polli.

O *Seminário Mulheres Negras Movem o Brasil - Visibilidade e Oportunidade*, no Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, abriu oficialmente a campanha.

Para a deputada Benedita da Silva (PT-RJ), “os retrocessos institucionais, como a não demarcação de terras quilombolas nos últimos anos e a reforma trabalhista, atingem mais as mulheres negras”.

Alienação parental

Nos dias 27 e 28 de novembro, o *Seminário Internacional Guarda Compartilhada: Leis, Justiça, Violências e Conflitos*, proposto pelas deputadas Luizianne Lins (PT-CE), Ana Perugini (PT-SP) e Elcione Barbalho (MDB-PA), abordou conflitos e contradições na aplicação da Lei da Guarda Compartilhada, da Lei da Alienação Parental e da Lei Maria da Penha.

Algumas mulheres viajaram 18 horas de ônibus para fazer graves denúncias – que vão de cometimento de abuso sexual infantil em repartições do Estado, a corrupção e/ou

negligência na produção e emissão de laudos psicológicos –, as quais gerarão diligências da Comissão de Defesa e da Comissão Mista.

Cultura

No dia 25 de novembro, foi aberta a exposição fotográfica *O cotidiano da fotografia: violência de gênero e Justiça*, que dialogou com o tema proposto pela campanha dos 16 Dias no Congresso Nacional, “*Para ter justiça o olhar não pode ser parcial*”, e ficou exposta na Biblioteca da Universidade de Brasília (UnB) até o dia 10 de dezembro.

No dia 5 de dezembro, a escritora Aneida Fulsang, autora do livro *Autismo – Aprendendo a Aprender com Ejner*, e a jornalista Ana Paula Ferrari, coordenadora do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab), de Goiânia-GO, compartilharam conhecimentos e descobertas realizadas como mães de crianças diagnosticadas com a síndrome do Transtorno do Espectro Autista.

No dia 6, a exibição do filme *Chega de Fiu-Fiu* seguiu-se de conversa com Amanda Kamancheck, diretora da obra com Fernanda Frazão, e Danielle Gruneich, da Secretaria da Mulher, que abordou as conquistas parlamentares das mulheres na luta contra o assédio.

Para 11 de dezembro, foi marcado o lançamento do livro *A Bancada do Batom e a Participação Feminina na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988*, organizado pela Secretaria da Mulher da Câmara. No dia 12, no encerramento do Seminário sobre a Lei Maria da Penha, haverá o anúncio do resultado do 2º Concurso de Vídeos “*1 Minuto Contra a Violência: Femicídio, que crime é esse?*”.

Sistema Penha

No dia 30 de novembro, a convite da União Brasileira de Mulheres (UBM), a ProMul participou, em Diamantina-MG, do lançamento do aplicativo Sistema Penha, idealizado por Kiria Silva Orlandi, delegada da DEAM do Alto Jequitinhonha.

Um banco de dados, com acesso exclusivo, ajudará a polícia a consultar medidas protetivas deferidas ou revogadas pelo Judiciário.

Lei Maria da Penha

Neste dia 12, realiza-se o *Seminário Lei Maria da Penha*, com presença das protagonistas históricas da Lei 12.340, de 7 de agosto de 2006: Maria da Penha; a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), relatora da lei na Câmara; a senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), relatora no Senado; a deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), presidenta da CPMI da Violência Contra a Mulher; e integrantes do Consórcio de ONGs Feministas pela Lei Maria da Penha: Sílvia Pimentel, Leila Linhares Basterd, Renata Teixeira Jardim, Rubia Abs Cruz, Ela Wiecko de Castilho, Iáris Ramalho Cortês, Carmen Hein Campos e Fabiana Severi.

Nadine Gasman, da ONU Mulheres, apoiadora do seminário; Dulcielly Nóbrega, defensora pública do DF; Wânia Pasinato, pesquisadora, e representantes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Mulheres (NEPEM/UnB) completam o time.

Assista

Seminário Mulheres Negras

<https://bit.ly/2rmpdlM>

Seminário Guarda Compartilhada

Parte 1: <https://bit.ly/2QFNzf9>

Parte 2: <https://bit.ly/2E5RgE4>

Parte 3: <https://bit.ly/2PpH0J0>

Lançamento do filme *Chega de Fiu-fiu*

<https://bit.ly/2G00g03>

Saiba mais:

Exposição Gênero e Justiça

<https://bit.ly/2ALPWTP>

Palestra - A Mulher e o Autismo

<https://bit.ly/2rqAHeM>

Lançamento do Aplicativo Sistema Penha

<https://bit.ly/2zKhQzI>



A presença de crianças no sistema prisional foi o ponto mais preocupante debatido entre as palestrantes da 60ª edição do projeto Pauta Feminina sobre o encarceramento de mulheres.

O encontro do dia 29 de novembro, na Câmara dos Deputados, fez parte da programação da *Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres no Congresso*.

A deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ) presidiu o início do encontro e disse o que viu em visitas ao sistema prisional. “A maioria das encarceradas são jovens e

negras. No primeiro ano de minha legislatura fiz projeto de lei para construir creches e berçários nos presídios femininos”, destacou.

Susana Almeida, coordenadora de Políticas para Mulheres e Promoção das Diversidades do Departamento Penitenciário Nacional (Depen) apresentou dados nacionais sobre a taxa de aprisionamento de mulheres.

“O Brasil é o quarto país no mundo que mais prende mulheres; 64% dos presos são negros e a maioria é muito jovem; 36.765 pessoas do sistema prisional estão em delegacias”. Segundo ela, “na delegacia as pessoas não têm acesso a direitos básicos, como educação e banho de sol” e “ter mulheres tão jovens aprisionadas é muito impactante social e economicamente”, disse.

Dados do Depen apontam que 70% das mulheres privadas de liberdade têm filhos, muitas ainda sem condenação, o que produz grande impacto social sobre as famílias.

“Não podemos separar as crianças das

mães. O desenvolvimento depende muito do contato materno. A prioridade é a criança. Então são fundamentais ações como *habeas corpus* coletivo do Supremo Tribunal Federal (STF) que determinou no início do ano a soltura de gestantes e mães de filhos com até doze anos presas preventivamente”, argumentou.

Bancada feminina mobilizada

Danielle Gruneich, assessora da Secretaria da Mulher, presidiu parte do debate e falou sobre o esforço concentrado da bancada feminina da Câmara para conseguir aprovar projetos prioritários em sessão plenária no dia anterior.

Ela destacou a aprovação do PL 10.269/18, da senadora Simone Tebet (MDB-MS), que substitui a prisão preventiva por prisão domiciliar para grávidas e mães de crianças de até 12 anos. O projeto transformou em lei a aplaudida iniciativa do *habeas corpus* coletivo concedido pelo STF e seguiu para sanção do presidente Michel Temer.

Saiba mais: <https://bit.ly/2BMXEie>

Ceará discute violência letal contra meninas

No dia 3 de dezembro, a senadora Regina Sousa (PT-PI) participou de audiência pública, na Assembleia Legislativa do Ceará, para discutir *A violência letal contra meninas adolescentes*, na 61ª edição do Projeto Pauta Feminina.

Em 2016, 26 meninas e adolescentes foram vítimas de homicídio; em 2017, o número subiu para 81; e até setembro de 2018 elas eram 107 vítimas. Os dados são do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), criado pela Assembleia Legislativa após a capital do Ceará, 5ª cidade em população, figurar, em 2015, no primeiro lugar da lista dos homicídios de crianças e adolescentes; e o próprio estado, 8º em população, ser alçado ao terceiro lugar em mortes desse gênero.

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a senadora Regina Sousa representou a Procuradoria Especial da Mulher do Senado (ProMul), que tomou contato com o trabalho do Comitê, reconhecido e apoiado pelo Unicef, em outubro, e se comprometeu a ajudar a divulgar e nacionalizar a questão.

“Nós já sabíamos dos dados referentes à

grande quantidade de jovens assassinados, em dimensão genocida. A novidade é que morrem cada vez mais meninas. Por quê? Acontece em todos os bairros? Com meninas de todas as classes? Com meninas de todas as raças?”, questionou a senadora.

O trabalho do CCPHA destaca-se por ficar do senso comum na percepção de problemas e proposição de soluções para a segurança pública. “Para nós, o essencial é a paz; o que produz a paz é a justiça e a superação do caráter estrutural da injustiça brasileira só será possível a partir de um olhar interseccional, que dê conta do caráter cumulativo que as desigualdades de raça, gênero, classe e geração têm”, disse o deputado estadual Renato Roseno (PSOL).

A procuradora Especial da Mulher do Ceará, deputada Augusta Brito (PCdoB), comandou a audiência de cinco horas, na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, com intervenções de Daniele Negreiros (CCPHA); Juliana Araújo, do Grupo de Mulheres do Jangurusu; Luciana Gaspar, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal; Dilyane Ribeiro, do Fórum

DCA; Rose Marques, do Fórum Cearense de Mulheres; Leonardo Barreto, diretor do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP); e Gina Moura, defensora pública.

Inauguração da CMB

Durante sua participação, Camila Silveira, coordenadora Especial de Políticas Públicas para as Mulheres do Governo do Estado do Ceará, e Kílvia Teixeira, assessora especial da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, anunciaram que a ansiada inauguração da Casa da Mulher Brasileira de Fortaleza, acontecerá no dia 18 de dezembro.

Saiba mais: <https://bit.ly/2L0kJk>





Alexandro Dantas

É com grande honra que passarei a cumprir a importante missão que me foi conferida pelo povo, de governar o Rio Grande do Norte pelos próximos quatro anos.

O fato de ser a única mulher entre 27 governadores eleitos me enche de orgulho, mas me faz chamar a sociedade a refletir sobre o evidente simbolismo deste fato, que evidencia a cultura altamente machista e patriarcal que impera na vida política do país. Apesar de sermos 52% do eleitorado nacional, nossa representação na política ainda é mínima.

Fui eleita em um estado que tem história

na luta em prol da maior participação das mulheres na política. Foi o RN que elegeu a primeira prefeita na América Latina, Alzira Soriano, e a primeira deputada estadual, Maria do Céu Pereira Fernandes. Com a minha eleição, o RN se torna agora o estado que mais elegeu mulheres para governá-lo: três ao todo. E há mudança de paradigma quando uma professora de origem popular é eleita, com mais de um milhão de votos, interrompendo, assim, uma cultura oligárquica que imperava há décadas no RN.

O fato de ser a única mulher entre 27 governadores eleitos me enche de orgulho, mas nos faz refletir.

Apesar de pequenos avanços, ações afirmativas são recentes e encontram resistência em um Congresso majoritariamente masculino, como a polêmica causada pela regra que destinou 30% dos recursos partidários para as candidaturas femininas. A evolução é lenta.

Na Câmara dos Deputados, ainda somos apenas 15% e, no Senado, 13%. Há estados sem nenhuma representante. Essa baixa presença de mulheres no Parlamento favorece a que matérias de cunho sexista e misógeno sejam apresentadas e aprovadas.

Temos a responsabilidade não só de enfrentar a grave crise social, financeira e de segurança pela qual o RN passa, mas também de mudar a realidade de um estado em que os índices de violência contra as mulheres estão entre os maiores do país. Acreditamos que só com uma real paridade de representação e reconhecimento de nossos direitos em todos os níveis, poderemos ter finalmente um país que respeita e reconhece o valor da mulher. Há muito a ser feito, mas trabalharemos incansavelmente, com muita dedicação, seriedade, ética, transparência e espírito público, para garantir que cada cidadã e cidadão potiguar tenha o direito de viver com dignidade e de ser feliz!

*Senadora Fátima Bezerra(PT-RN)
Governadora eleita do Rio Grande do Norte*

 **Artigo**

Por que precisamos dos 16 Dias de Ativismo?

Neste ano de 2018, completam-se 17 anos desde que os 16 Dias de Ativismo pelo Fim de Violência contra as Mulheres foram comemorados pela primeira vez. A Campanha dos 16 Dias atualmente é realizada em mais de 150 países do mundo, segundo dados da ONU Mulheres. No Brasil, a Campanha é celebrada anualmente desde 2003 e se inicia em 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra, para terminar em 10 de dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos.

A origem dos 16 Dias de Ativismo remonta a 1991, quando mulheres de diferentes países impulsionaram um debate amplo sobre a violência contra as mulheres, como uma forma de denunciar o silêncio a respeito do assunto e os altos índices de violência e de morte de mulheres no mundo inteiro. A data é uma homenagem às irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa, da República Dominicana, que se posicionaram contrárias ao ditador Trujillo. As irmãs foram brutalmente

assassinadas em 1960 e ficaram conhecidas como “Las Mariposas”.

A Campanha tem como objetivo, portanto, promover o debate amplo, com a participação da sociedade de maneira geral e das instituições públicas e privadas, para os fatos que naturalizam a agressão às mulheres, especialmente dentro de relacionamentos afetivos, ou seja, a agressão por parte de companheiros, ex-companheiros, pais e pa-

A data é uma homenagem às irmãs Pátria, Minerva e Maria Teresa, assassinadas em 1960 e conhecidas como “Las Mariposas”.

rentes próximos. Segundo dados do Fórum Nacional de Segurança Pública, 193 mil mulheres registraram queixa por violência doméstica só no ano de 2017, resultando numa média de 530 mulheres por dia. Essa taxa é considerada uma das maiores do mundo,

trazendo urgência para um debate exaustivo sobre a política pública de combate à violência contra as mulheres no Brasil. O que está sendo feito? Está funcionando?

No Congresso Nacional, além da extensa programação de debates e eventos nesta data, há a formação de um esforço legislativo concentrado, assim como acontece em março, quando é empreendido um esforço para a aprovação de matérias relacionadas aos direitos das mulheres. Neste ano de 2018, foram aprovados quatro projetos de lei na Câmara dos Deputados, que agravaram a pena do feminicídio, ampliaram medidas protetivas da Lei Maria da Penha, puniram o registro da intimidade sexual e trataram a respeito da conversão em prisão domiciliar para mães e grávidas em prisão preventiva.

*Roberta Viegas
Presidente do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado Federal*

EXPEDIENTE – Procuradoria Especial da Mulher do Senado

Procuradora: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)

Coordenadora: Rita Polli Rebelo

Projeto gráfico: Secom/Comark

Diagramação: Ramíla Moura

Textos e edição: Rita Polli, Ramíla Moura, Paula Bento e Lunde Braghini

Equipe de apoio: Isis Marra

Jornalista responsável: Rita Rebelo (Reg. Profissional 4321/DF)

Endereço: Senado Federal – Anexo II – Primeiro Andar

Praça dos Três Poderes - CEP 70165-900 - Brasília-DF

Telefones: (61) 3303-1710 / 0800 612 211

E-mail: procuradoria.mulher@senado.leg.br



Procuradoria da Mulher do Senado



@SenadoMulher



www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria